Impresso Especial
9912180105/2007-DR/MG
Câmara Municipal de Ubá
CORREIOS

O Legislativo

Publicação Oficial da Câmara Municipal de Ubá

UBÁ - MINAS GERAIS ■ WWW.CAMARAUBA.MG.GOV.BR ■ TEL: 32-3539-5000 ■ IMPRENSA@CAMARAUBA.MG.GOV.BR ■ ANO III - Nº 31 - 30 de abril / 2009

Plenário discute redução do recesso parlamentar

Recesso Parlamentar pode cair de 90 para 57 dias caso Projeto de Emenda à Lei Orgânica seja aprovado pelo plenário

A redução do Recesso Parlamentar da Câmara Municipal de Ubá está nas páginas dos principais jornais da cidade e região. Tudo isto é devido à possibilidade de o plenário aprovar o projeto de Emenda à Lei orgânica apresentado na última reunião plenária (20/04) por vários vereadores.

O PL ainda vai passar pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR) da Câmara. Entretanto, a diminuição do período do recesso traz à tona uma discussão antiga: férias é o mesmo que recesso?

De acordo com dicionários não. Dicionários trazem como definição para a palavra recesso um "período de suspensão temporária das atividades de um órgão legislativo, ou judiciário".

Pág 03

Destaques

Membro de ONG fala sobre fechamento da Usina de Reciclagem e relacionamento com o Executivo Pág 05

Vereador quer capacitar servidores para atender deficientes auditivos Pág 06

Secretário explica projeto do Executivo aos Vereadores Pág 06

Atletas da cidade podem receber subvenção da prefeitura Pág 07

Câmara Municipal institui realização de eventos institucionais

A Mesa Diretora da Câmara reuniu-se no último dia 11/03 com representantes da Federação Municipal das Associações Comunitárias dos bairros e distritos de Ubá (FEMAC) e da Associação Cultural de Combate à Discriminação Racial Solano Trindade, na qual fora solicitado uma agenda do Movimento Comunitário, como exemplo: Dia do Líder Comunitário, Audiências Públicas e Orçamento Participativo.

Os representantes da Associação Cultural de Combate à Discriminação Racial Solano Trindade propuseram o resgate da memória da população negra, com vistas a elevar a autoestima, trabalhar a formação e estimular sua participação nos diversos encontros e assembléias a serem realizadas e, ainda, inserir o maior número de negros com ator consciente do seu papel transformador na Sociedade Ubaense e brasileira.

Agenda pode ser definida em parceria com entidades e associações

Pág 04

Palavra do Presidente*

*Claudio Ponciano

Participação popular e controle social

A câmara municipal de Ubá acaba de aprovar uma resolução que permite e possibilita a realização de seminários legislativos e fóruns técnicos em parceria com entidades da sociedade civil organizada. Para que os eventos aconteçam será necessária a aprovação de um requerimento em plenário e a constituição de uma comissão representativa de vereadores e sociedade. A novidade é que nestes seminários e fóruns técnicos teremos a possibilidade de discutir os assuntos de interesse do legislativo e das comunidades com a participação de especialistas em cada área. Os resultados destes eventos podem se transformarem em requerimentos, indicações ou até projetos de lei; Com certeza este eventos vão motivar e aquecer os corações de pessoas que dedicam ao voluntariado nas diversas entidades de Ubá, que terão a oportunidade de uma capacitação mais adequada para fazer melhor o que já faz com muito amor.

No início do ano de 2008, a legislatura anterior, aprovou também através de resolução, o Programa Câmara Itinerante como o objetivo de popularizar os trabalhos legislativos e promover a integração entre o Poder Legislativo e a comunidade. Estamos nos preparando para iniciar as atividades do Programa Câmara Itinerante nos próximos dias pelos distritos e povoados mais distantes, onde pretendemos discutir políticas públicas de integração destas comunidades com a sede do município, respeitando a vocação de cada comunidade.

Neste primeiro quadrimestre de 2009, vários projetos de lei foram apresentados para tramitação na Câmara Municipal de Ubá, com o objetivo de criar mecanismos de transparência e controle social nas ações do poder público: Projeto de eleição direta para diretores de escola; projeto criando o Conselho de juventude e projetos que obrigam a publicidade dos gastos públicos. Todos foram rejeitados na comissão de constituição e justiça, por inconstitucionalidade, ou seja, estes projetos têm que ser de iniciativa do poder executivo. Mesmo com a rejeição dos projetos e o seu encaminhamento ao prefeito para que ele tome à iniciativa de enviá-los a Câmara, penso que ficou clara a vontade dos vereadores de criar instrumentos de controle social e participação popular. Penso também que não podemos querer o controle social e a participação popular só quando estamos na oposição. Quando estamos em cargo de direção temos que dar o exemplo, para que no futuro as nossas reivindicações tenham credibilidade, pois não é legítimo cobrar dos outros, aquilo que não fazemos.

Continua tramitando na Câmara outros dois projetos de lei que vão à mesma direção. Um regulamenta a visitação das escolas na Câmara Municipal e o outro cria regras para a eleição de uma Câmara Mirim.

Que bom, que a Câmara Municipal de Ubá continua sendo o principal espaço de debate da nossa cidade; Quem bom que a população tem acompanhado e participado das reuniões e dos eventos promovidos na Câmara; Quem bom que o plenário da Câmara tem servido para reuniões, cursos e eventos das várias entidades e órgãos do município; Quem bom que os vereadores estão empenhados em criar mais mecanismos de participação popular e controle social.

Que bom se conseguirmos dar mais qualidade em nossos estudos e reflexões para contribuir efetivamente na capacitação de mais lideranças, a fim acelerar o processo de democratização do estado, e conseqüente ampliar o controle social das políticas publicas.

Vereadores se reúnem para discutir projetos

Presidente convocou reunião para apreciar projetos de autoria do Executivo

No uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, o Presidente da Câmara, Vereador Claudio Ponciano (PT), convocou duas reuniões extraordinárias para o dia 23/04 para apreciar cinco projetos de Lei.

O PL 023/09 que "altera a distribuição do número de vagas do cargo 'técnico de nível superior' no quadro permanente dos servidores públicos do município de Ubá, prevista no anexo I da Lei Complementar 02/91" que havia sofrido primeira votação na reunião ordinária do dia 20/04 e aprovado por unanimidade dos votos, fora aprovado novamente, mas por oito votos favoráveis e um contrário (o Presidente da Câmara não vota).

Somente o Vereador Maurício Valadão (PTB) votou contra, justificando que não poderia votar em um projeto que não concordava. O projeto segue para a sanção do chefe do Executivo.

Outros quatro projetos estavam na pauta de votação: PL 025/09 que "dá nova redação ao caput do artigo primeiro da Lei Municipal3742/09"; PL 026/09 que "autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento de 2009, no âmbito da EMUHBES – Empresa Municipal de Habitação e do Bem Estar Social de Ubá, e contem outras disposições"; PL 027/09 que "autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento de 2009, no âmbito da EMUHBES – Empresa Municipal de Habitação e do Bem Estar Social de Ubá, e contem outras disposições"; e o PL 028/09 que "autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento de 2009, no âmbito da EMUHBES – Empresa Municipal de Habitação e do Bem Estar Social de Ubá, e contem outras disposições".

Para prestar mais informações sobre os projetos, Maria do Carmo Santos, Diretora Administrativa da EMUHBES, esteve no plenário da Câmara. Ela conversou com os vereadores e respondeu a todos os questionamentos.

Todos os projetos, após a sabatina, foram aprovados por unanimidade dos votos. A segunda reunião extraordinária, que foi realizada para discussão e votação final das matérias que sofreram primeira votação na primeira reunião extraordinária, também foram aprovadas por unanimidade dos votos e seguem para a sanção do Executivo.

Programa Pró-Adolescente pode ser restabelecido

Instituído pela Lei Municipal 3447/05, o programa Pró-Adolescente tem por finalidade desenvolver projetos voltados à promoção de adolescentes, fortalecendo a sua integração na sociedade, tendo a formação técnico profissional uma das suas áreas de formação. Através do projeto Auxiliar mirim, criado através do decreto municipal 4401/05, o Poder Público vai buscar a integração desses adolescentes no mercado de trabalho.

Com este pensamento, chegou à Câmara Municipal a mensagem 022/09, que traz anexo projeto de Lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial ao orçamento municipal, no âmbito do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e contem outras disposições".

O PL visa incluir dotação no orçamento de 2009, no limite de R$223 mil para a manutenção das atividades do projeto Auxiliar Mirim, do programa Pró-Adolescente. O Projeto vai atender jovens de 14 a 18 anos, com aprendizagem dentro do que estabelece a Lei do Menor Aprendiz.

O PL recebeu parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e segue para apreciação plenária.

Câmara Municipal de Ubá

Mesa diretora - Biênio 2007/2008:

Presidente:
Claudio Ponciano (PT)
claudio.ponciano@camarauba.mg.gov.br

Vice - Presidente:
Carlos da Silva Rufato (PSDB)
carlos.rufato@camarauba.mg.gov.br

2º Vice - Presidente:
Jorge Custódio Gervásio (PV)
jorge.gervasio@camarauba.mg.gov.br

1ª Secretária:
Rosângela Alfenas (PSDB)
rosangelaalfenas@camarauba.mg.gov.br

2º Secretário:
Paulo César Raymundo (DEM)
paulo.pc@camarauba.mg.gov.br

Diretora Geral:
Maria Letícia Mendonça Maciel
leticia.diretora@camarauba.mg.gov.br

Assessoria de Comunicação:
Martim A. C. Barbosa
(JP 10.040/MG)
martim.barbosa@camarauba.mg.gov.br

Técnico de Nível Superior - Jornalista:
Rodrigo O. de Farias
(JP 12.895/MG)
rodrigo.jornalismo@camarauba.mg.gov.br

Assessoria Jurídica:
Cristiana Janaína B. J. dos Santos
(OAB/MG 110.021)
cristiana.juridico@camarauba.mg.gov.br

E-mail:
contatos@camarauba.mg.gov.br

site:
www.camarauba.mg.gov.br

Endereço:
Rua Santa Cruz, 301
CEP 36500 000
Ubá - Minas Gerais

Telefone:
32-3539-5000 (PABX)

O Legislativo

Jornalista Responsável:
Martim A. C. Barbosa
(JP 10.040/MG)
imprensa@camarauba.mg.gov.br

Impressão:
Maffer Gráfica e Editora Ltda
CNPJ: 04.415.126-0001/88

Tiragem:
1000 exemplares.
Quinzenal

Redução do Recesso Parlamentar volta a ser discutido em plenário

PL deve entrar em discussão a partir do dia 04/05

A redução do Recesso Parlamentar da Câmara Municipal de Ubá está nas páginas dos principais jornais da cidade e região. Tudo isto é devido à possibilidade de o plenário aprovar o projeto de Emenda à Lei orgânica apresentado na última reunião plenária (20/04) por vários vereadores.

O PL ainda vai passar pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR) da Câmara. Entretanto, a diminuição do período do recesso traz à tona uma discussão antiga: férias é o mesmo que recesso?

De acordo com dicionários não. Dicionários trazem como definição para a palavra recesso um "período de suspensão temporária das atividades de um órgão legislativo, ou judiciário".

É bom frisar que, mesmo em recesso, tanto o Presidente da Câmara ou o Prefeito Municipal podem convocar reuniões extraordinárias para apreciar matérias de interesse público.

Importante ressaltar, ainda, que, mesmo durante o período do recesso parlamentar os vereadores continuam a trabalhar, seja na Câmara Municipal ou nas suas bases eleitorais, onde mantem contato direto com os eleitores.

Outro ponto importante é que os vereadores não recebem nenhum tipo de remuneração por participar destas sessões.

É imprescindível a participação de todos os vereadores nas sessões extraordinárias. Caso algum não possa estar presente, é necessário que o mesmo justifique-se à Mesa Diretora, para que possa ser convocado o suplente.

Já para férias o significado é mais extenso e diferente. "Férias: época de repouso. Período de descanso periódico de uma atividade constante. O termo férias designa o período de descanso a que têm direito empregados, servidores públicos, etc., depois de passado um ano ou um semestre de trabalho ou de atividades".

No Brasil, a legislação trabalhista estabelece um mínimo de 20 ou 30 dias consecutivos por ano de férias, sendo que aqueles que têm apenas 20 dias podem requerer compensação pelos outros 10 dias em forma de aumento no salário. Um trabalhador deve gozar as férias necessariamente entre 12 e 24 meses decorridos desde a data da sua contratação, ou desde as últimas férias.

O PL propõe a redução do Recesso Parlamentar de 90 para 57 dias, considerando vários motivos. Entre estes, estão as férias dos servidores do Legislativo que, conforme entendimento entre Mesa Diretora e servidores, devem ser gozadas durante o período do recesso.

O projeto deve entrar na pauta para apreciação e discussão dos vereadores a partir do dia 04/05.

Programa Câmara Itinerante pode iniciar suas atividades ainda este semestre

De acordo com o projeto, os objetivos são aproximar o contato direto do vereador com a população de cada região da cidade; integrar a população às ações do Poder Legislativo Municipal, abrindo a perspectiva de trabalharem juntos a partir da discussão comum dos problemas que envolvem o município; propiciar ao vereador conhecer de perto todas as regiões da cidade, que transformem este contato em realizações mútuas; prever aspirações populares, visando intervir junto a cada comunidade e encaminhar suas propostas ao setor competente da prefeitura.

As reuniões terão caráter informal, com intuito de obter subsídio junto à população para intermediar os seus reais anseios perante o Poder Executivo ou a quem de direito. Em todas as reuniões serão convidadas a participar as lideranças comunitárias, assim como os agentes públicos e todos os cidadãos que residam em cada região.

Segundo a resolução 01/08, o programa se justifica pela afirmação de que o mesmo visa manter uma interação entre os munícipes e o Poder Legislativo, ampliando o mecanismo de decisões dos vereadores, onde as pessoas poderão acompanhar, de perto, as atividades dos vereadores em sessões realizadas dentro e fora do Plenário.

A idéia, segundo os vereadores, é romper barreiras entre o parlamentar e a sociedade, já que o cidadão desconhece, na maioria das vezes, a realidade dos trabalhos desenvolvidos pela edilidade.

Para que o programa comece a operar, a Presidência da Câmara fez uma reunião com alguns funcionários com o intuito de esclarecer os últimos acertos para que a primeira comunidade possa receber a visita dos vereadores.

"Vamos começar o programa pelos distritos, tentando, desta forma, aproximá-los ainda mais à sede. As primeiras reuniões serão de extrema importância para que a população participe ativamente do processo legislativo e para que os vereadores conheçam a realidade de todas as comunidades do município", disse o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Cláudio Ponciano (PT).

Diretora da EMUHBES esclarece projetos

No último dia 23/04, a Câmara Municipal de Ubá recebeu, em sessão extraordinária, a Diretora Administrativa da EMUBHES (Empresa Municipal de Habitação e do Bem Estar Social de Ubá), Sra. Maria do Carmo dos Santos. Na pauta da reunião estavam os Projetos 026, 027 e 028/09, que "autorizam a abertura de Crédito Especial ao Orçamento 2009 , no âmbito da EMUBHES."

O Vereador Vinícius Samôr de Lacerda (PT), autor do convite, agradeceu a presença da Diretora e destacou a relevância das propostas na construção de uma política pública para a área de habitação. Em seguida, o petista pediu esclarecimentos técnicos sobre os projetos.

Maria do Carmo explicou que o Projeto 026/09 se refere ao plano habitacional para Ubá, explícito em convênio de adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, assinado em 2008. "Ubá foi contemplado com uma verba para fazer o Plano Habitacional do município. Isso significa que nós precisamos, agora, discutir junto aos segmentos sociais, aos empresários e à população em geral, como é que a cidade vai crescer em termos habitacionais. Assim, evitamos incorrer em equívocos", afirmou.

O PL 027/09 trata de convênio firmado em 2007, visando à tipologia coletiva. "Quando a gente vai fazer um loteamento, é preciso definir que tipo de desenho arquitetônico aquele local comporta. Este convênio foi assinado, mas não foi levado adiante. O plano de trabalho terá que ser refeito, juntamente com um levantamento de atividades necessárias para sua execução", ressaltou a diretora administrativa.

O andamento dos convênios foi interrompido por causa da Operação João de Barro, da Polícia Federal, realizada em junho do ano passado para apurar desvio de verbas destinadas à construção de casas populares e estações de tratamento de esgoto.

Já o terceiro Projeto, 028/09, visa atender as demandas mais urgentes da população. Necessidades que não estavam previstas pela instituição.

"Nós não tínhamos, até então, no orçamento, previsão para dar material de construção ou para pagar, provisoriamente, aluguel para vítimas de enchentes e moradores de casas em situação de risco, por exemplo. Então, a partir das necessidades das pessoas, nós procuramos adequar o orçamento, por meio da redistribuição de valores", explicou Maria do Carmo.

Após a explanação da Diretora da EMUBHES, o Vereador Paulo César Raymundo (DEM), indagou a respeito da validade das senhas distribuídas no ano passado, na gestão do ex-prefeito Dirceu dos Santos Ribeiro.

Maria do Carmo respondeu que as pessoas que fizeram as fichas no ano passado estão sendo recadastradas, pois a instituição criou um cadastro único, que classifica os interessados de acordo com critérios aprovados pelo Conselho de Habitação. Atualmente, de acordo com ela, existem mais de seis mil pessoas cadastradas, o que representa uma demanda habitacional muito grande.

A Diretora destacou, também, que a EMUBHES dispõe, atualmente, de três terrenos. Contudo, hoje em dia, qualquer loteamento tem que ter, obrigatoriamente, infraestrutura básica: acesso, iluminação, rede de água e esgoto. Apenas um dos locais, no bairro Olaria, dispõe de boas condições de urbanização e deve ser incluído no estudo de tipologia. Os outros dois precisam de altos investimentos em infraestrutura e não há verba para as obras.

Um quarto terreno, no Tanquinho, foi doado para a COHAB-MG (Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais), que já iniciou a construção de 91 casas. As inscrições foram feitas pela EMUBHES, mas o critério de classificação foi definido pelo órgão estadual, que só divulga a listagem quando as moradias ficam prontas.

Além disso, Maria do Carmo esclareceu que se criou muita expectativa com relação ao programa federal de habitação, recentemente lançado. Contudo, Ubá não foi contemplada, por ter menos de 100 mil habitantes. De acordo com ela, ainda assim, existe a possibilidade de, numa segunda etapa, as cidades com população entre 50 e 100 mil pessoas serem incluídas no projeto.

Neste sentido, a Diretora da EMUBHES afirmou que a principal preocupação da Instituição é organizar-se para estar com os projetos prontos, caso Ubá venha a ser beneficiada por algum programa governamental. O levantamento de novas áreas para loteamentos vai recomeçar no bairro Altair Rocha.

Após os esclarecimentos, o Presidente do Legislativo, Vereador Cláudio Ponciano (PT), agradeceu a presença da Diretora da EMUBHES e alertou que um programa de regularização de lotes é fundamental e ajudaria a muitas famílias. Então, os projetos foram colocados em votação, sendo aprovados por unanimidade.

Câmara Municipal institui realização de eventos institucionais

Novo prédio da Câmara possibilita realização de eventos com acomodações confortáveis para a população

A Mesa Diretora da Câmara reuniu-se no último dia 11/03 com representantes da Federação Municipal das Associações Comunitárias dos bairros e distritos de Ubá (FEMAC) e da Associação Cultural de Combate à Discriminação Racial Solano Trindade, na qual fora solicitado uma agenda do Movimento Comunitário, como exemplo: Dia do Líder Comunitário, Audiências Públicas e Orçamento Participativo.

Os representantes da Associação Cultural de Combate à Discriminação Racial Solano Trindade propuseram o resgate da memória da população negra, com vistas a elevar a autoestima, trabalhar a formação e estimular sua participação nos diversos encontros e assembléias a serem realizadas e, ainda, inserir o maior número de negros com ator consciente do seu papel transformador na Sociedade Ubaense e brasileira.

Desta forma, e com o objetivo de incentivar uma maior participação das entidades organizadas em discussão de assuntos relevantes, a Mesa Diretora propôs a instituição da realização de eventos institucionais, como forma de aprimoramento dos trabalhos legislativos e, também, de proporcionar uma maior dinâmica e resultado dos mesmos, seguindo papel semelhante criado pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e que visa promover a interlocução com a sociedade e teve como objetivo propiciar reflexões de diferentes setores, representantes de entidades civis e órgãos públicos.

Esta proposta traz ao parlamento informações, experiências e múltiplas correntes de opinião sobre determinado assunto. O passo inicial de um seminário legislativo é sua aprovação pela Mesa da Assembléia a partir de solicitações feitas por parlamentares, fundamentadas em demandas da sociedade ou em questões identificadas na atividade parlamentar, a exemplo das apresentadas nas audiências públicas promovidas pelas comissões temáticas da Casa.

O projeto fora aprovado por unanimidade dos vereadores.

Membro de ONG fala sobre fechamento da Usina de Reciclagem e relacionamento com o Executivo

Trabalhadores em atividade na usina

Durante a Reunião Ordinária da Câmara no dia 13/04, Vicente de Paulo Pinto, membro da diretoria do Instituto Ambiental Sol do Campo, foi convidado a falar sobre o fechamento da usina de reciclagem, atendendo a requerimento apresentado pelo Vereador Mauricio Valadão. Vicente falou sobre diversas divergências entre alguns secretários municipais e o Instituto.

Conversa com o prefeito Vadinho Baião após as eleições

O Instituto foi procurado no final do mês de outubro, diretamente pelo senhor Prefeito Vadinho Baião, que solicitou uma reunião, para propor uma possível parceria. O senhor Prefeito pediu ao Instituto para desenvolver um projeto de tratamento de esgoto para o distrito de Miragaia e que este projeto seria enviado à Embaixada Japonesa no Rio de Janeiro, que disponibiliza investimento para este tipo de projeto junto às Organizações não Governamentais.

Conversa com Secretários Municipais no início da gestão

No início do mês de Janeiro procuramos marcar audiência com o Prefeito para tratarmos da renovação do convênio do Instituto Ambiental Sol do Campo, uma vez que este convênio havia vencido em 31 de dezembro de 2008 e estávamos trabalhando de forma irregular (convênio vencido). Fomos informados pela secretária de gabinete que o senhor Prefeito não estava ainda marcando audiências para tratar de assuntos de convênios, mas que deveríamos deixar o nome da instituição e dos dirigentes e aguardar o chamado. No dia 19 de Janeiro, preocupados com o silêncio da Prefeitura, retornamos para buscar solução. A secretária de gabinete, embora se lembrasse da nossa solicitação anterior, estranhou o fato de não encontrar na sua agenda as anotações com o pedido da audiência solicitada, parecendo que a folha onde havia sido anotado, simplesmente desaparecera da agenda. Mas garantiu uma audiência para o dia 26 de Janeiro uma vez que o Prefeito estaria viajando para Brasília, Neste momento entrou na sala o Secretário de Planejamento, Francisco Nascimento. Foi então que a secretária sugeriu que aproveitasse a presença do Secretário, que sem dúvidas ele iria resolver a situação. Quando relatei os fatos ao senhor Secretário ele estranhou que a Usina não tivesse ainda sido fechada, pois o convênio era irregular e não era só o convênio com o Instituto Ambiental Sol do Campo que estava irregular. Mas, sim todos os convênios feitos na administração anterior, entre a Prefeitura e todas as Instituições que prestam serviços para a Prefeitura, insinuando desonestidade de quem redigiu os convênios bem como os dirigentes das instituições. Diante da exposição do senhor secretário, insistimos para que fosse marcada uma reunião na qual pudéssemos, de forma oficial, tratar deste assunto inclusive com a presença da diretoria do instituto. Então, após pedir o número do meu telefone, ele gravou na memória de seu celular e pediu que eu aguardasse a convocação para esta reunião, afirmando que ligaria no dia seguinte. Como não ligou no dia seguinte, liguei para o Presidente da Câmara Municipal de Ubá, senhor Cláudio Ponciano, expondo esta dificuldade. Ele, então, me pediu para ligar para o Secretário. Após ligar para o secretário o mesmo confirmou a reunião para o outro dia, dia 22 de Janeiro às 16hs. No dia e horário marcados, dirigimo-nos para a prefeitura, eu e mais cinco Diretores do Instituto Ambiental Sol do Campo. Fomos então recebidos pelos Secretários Municipais; senhores Francisco Nascimento, Agenor Sereno e o senhor Márcio Guimarães, procurador jurídico da Prefeitura. A conversa ocorreu num clima nada amigável, com insinuações de irregularidades no convênio, cobranças de atribuições que não eram de responsabilidades do Instituto, desvio de recursos, com as expressões de que havia acabado a era da corrupção na Prefeitura de Ubá, que a bola do Instituto estava muito alta, que teria que abaixá-la, que o convênio foi precipitado e caro para a Prefeitura, que o valor repassado mensalmente de R$ 7.163,76 era muito dinheiro para nenhum retorno. Ficamos estarrecidos diante dessas acusações e após levantarmos da cadeira para nos retirar, nos disseram que embora o Prefeito estivesse lhes dado toda autonomia para negociar com o Instituto, ainda assim pediu que nos desse três meses de aditivo, momento que o procurador nos advertiu dizendo que se não agíssemos direito que nos denunciaria.

Sentimento de desrespeito

Não só eu como todos os Diretores presentes nesta reunião, inclusive as senhoras Diretoras, que saíram horrorizadas da reunião.

Situação atual dos Carroceiros

Continua precária. Ainda não são tratados como pessoas dignas, são tratados como empecilho para a cidade. Presta um grande serviço a municipalidade e são tratados como estorvo. Alguns me procuraram relatando o descontentamento com o direcionamento dado a esta questão.

Terreno do bairro Palmeiras

Não conheço o projeto, se é que tem projeto. Acho que deveria ser mais transparente.

Fechamento da usina

O Instituto Ambiental não acha que por ter apresentado o projeto e ter feito o convênio com a administração anterior para executá-lo, não necessariamente a novo administração teria que continuar com o convênio com o Instituto, mas o que achamos absurdo é parar com o projeto desrespeitando a lei nº. 3650 de 14 de novembro de 2007, aprovada pela Câmara Municipal e Ubá.

Perseguição

Tudo indica que sim, pois até agora não houveram justificativas publicadas.

Possibilidade de deixar o Instituto

Não tenha a menor dúvida. Se a perseguição for contra a minha pessoa e isto ameaçar qualquer possibilidade de ajudar a nossa querida cidade, tão maltratada ambientalmente, deixarei a frente do Instituto, desde que a direção fique nas mãos da atual diretoria, pois são pessoas que confio totalmente.

Sugestão para o Executivo

Mesmo com a demonstração, até o momento, de não querer ajuda, ainda assim deixo a seguinte sugestão; que os nossos administradores levem a sério as questões ambientais, para que seus filhos e netos não sejam envergonhados num futuro próximo, de ter tido a sensibilidade e responsabilidade para com estas questões. Poderia sugerir também, de forma técnica que o senhor Prefeito reunisse uma equipe multidisciplinar com competência comprovada, para desenvolver um grande projeto voltado para a sustentabilidade do Município e antes de levá-lo a execução passasse pela aprovação de uma conferência Municipal do Meio Ambiente.

Participação do Legislativo na preservação do Meio Ambiente

Acho que o legislativo deveria de forma mais rápido possível rever a situação do projeto de lei que cria a "Área de Proteção Ambiental" APA da região da Miragaia, pois é extremamente necessário que se tomem atitudes urgentes neste sentido, para que possamos desenvolver os projetos de recuperação do Ribeirão Ubá.

Seminários e reuniões já foram feitos à exaustão

Sim, concordo e é preciso fazer isso. Levar educação ambiental para as escolas, promover debates em fim tudo isso é necessário, mas continuo dizendo que se os nossos administradores colocarem dificuldades em tudo e não partir para a busca de soluções, não adianta levantar diagnósticos. Estamos cansados disto. Precisamos de ações concretas e urgentes. A natureza não espera. Tenham a certeza de que muito pouco poderá se fazer sem a liderança dos poderes constituídos, pois o que impera são interesses, políticos e financeiros, que se exploda o Meio Ambiente.

Parecerias com outras entidades

O Instituto Ambiental Sol do Campo conta com diversas parecerias no campo do apoio moral como o Centro dos Lavradores de Ubá, Sindicato dos Produtores Rurais de Ubá, IMLOR e com a UEMG em alguns projetos.

Trabalho desenvolvido pelo Instituto

O Instituto possui uma diretoria composta por profissionais de diversas áreas do saber. Isto enriquece muito o nosso trabalho, onde idéias e sugestões aparecem como enxurradas. Pena que encontramos muita dificuldade para desenvolver trabalhos extremamente importantes em favor do Meio Ambiente do Município, como está acontecendo agora. Mas temos desempenhado diversas frentes no sentido da educação Ambiental, como publicações da Cartilha Ambiental (O Ruralzinho) que foi um grande sucesso; do Informativo Ambiental, do Site www.soldocampo.com e palestras em escolas, faculdades, em Ubá, Muriaé, Rio Pomba e etc. Temos recebido convites para assessorar implantações do Sistema de Gestão dos Resíduos da Construção Civil de algumas Prefeituras, através de amizades feitas por ocasião das Conferências, Regional, III Estadual e III nacional onde o Instituto Ambiental Sol do Campo se fez presente e apresentou este projeto.

Ao término da reunião, ficou decidido que a Comissão de Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente (CACIMA), atrev´s de seu presidente, Vereador Jorge Gervásio (PV), ficou responsável por agendar uma reunião com o Executivo para tentar sanar o problema.

Notas

AFAS Convida

A Associação Feminina de Assistência Social de Ubá (AFAS), convida a todos para participar do "Jantar do dia das mães da família policial militar e sociedade ubaense".
O evento vai acontecer no próximo dia oito de maio no Tabajara Esporte Clube. Haverá, ainda, show com a banda Soma.
Mais informações pelos telefones 3531-4952/8426-1490.

Energisa esclarece

A Energisa esclarece que verificando que da totalidade dos atendimentos referentes a serviços técnicos relacionados à falta de energia, defeitos na rede e etc., já vinham sendo realizados através do call center, bem como atendimento nas agências, somente ocorriam no horário comercial e nos dias úteis da semana, se restringindo em sua grande maioria à solicitação de emissão de segunda via de contas, atualizações cadastrais e registros de pagamento de fatura, ou seja, serviços que não demandavam o atendimento pessoal para sua perfeita realização.
Verificando também que tais atendimentos obrigavam aos clientes a se deslocarem de suas residências, propriedades rurais, empresas, em horário de trabalho, despendendo de certo tempo até o efetivo atendimento, com custos de transporte, lanches e etc.
Para sanar este problema a empresa comunica que implantou uma nova sistemática que consiste basicamente na duplicação da capacidade de atendimento do call center.

Mais dois ônibus

Através de Emenda Parlamentar, de autoria do Deputado Federal Reginaldo Lopes (PT), o município de Ubá foi contemplado com dois ônibus escolares.
Os ônibus serão adquiridos por meio de convênio firmado com o FNDE, com recursos provenientes de bancada, no valor de R$250.965,00.
O objetivo do governo federal é contribuir para a renovação da frota dos municípios e garantir segurança e qualidade no transporte escolar
Existem, ainda, outras opções de adquirir veículos. Seja por meio de pregão eletrônico, com recursos próprios ou através de linhas de financiamento do BNDES.
Mais informações disponíveis no site www.fnde.gov.br

Vereador pretende capacitar servidores para atender deficientes auditivos

O Veredor Vinícius Samôr (PT) apresentou na última reunião ordinária (27/04) um projeto de Lei que dispõe sobre o atendimento às pessoas surdas na Câmara Municipal de Ubá.
De acordo com o texto do projeto, a Câmara garantirá o atendimento na recepção e nas repartições por funcionário habilitado a comunicar-se pela Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
O projeto prevê, também, o auxílio de um funcionário interprete de LIBRAS para os vereadores atenderem e realizarem reuniões com os portadores de deficiência auditiva. Ficará a cargo do Poder Legislativo capacitar os seus servidores.
Após aprovada, a Câmara deverá fixar cartazes em suas repartições informando que dispõe de profissional habilitado a comunicar-se através de LIBRAS, sendo de responsabilidade da Mesa Diretora a implantação desta Lei.

Secretário explica projeto do Executivo aos Vereadores

A Câmara Municipal de Ubá recebeu, na sessão ordinária do dia 20/04, o Secretário Municipal de Administração, Agenor Marques Sereno Neto. Em atendimento a um requerimento do vereador Mauricio Valadão (PTB), ele veio explanar acerca do PL 023/09, "que altera a distribuição no número de vagas do cargo Técnico de Nível Superior no quadro permanente dos servidores públicos do município de Ubá, prevista no anexo I da Lei Complementar 02, de 23 de janeiro de 1991".
Inicialmente, o vereador do PTB destacou a importância da secretaria ocupada pelo convidado e agradeceu o pronto atendimento a todos os requerimentos e ofícios enviados. Em seguida, Valadão pediu ao Secretário que detalhasse o projeto e explicasse o motivo do rearranjo proposto.
De acordo com Sereno Neto, quando o plano de cargos e salários da Prefeitura foi criado, em 1991, foram previstas 24 vagas para Técnicos de Nível Superior. Contudo, o município teve um grande crescimento do início da década de 90 até os dias atuais, e a demanda por profissionais com ensino universitário também aumentou. Hoje, há 130 vagas para estes servidores nos quadros efetivos da Prefeitura Municipal. Nem todas, entretanto, estão ocupadas. Há profissionais em licença não remunerada, nos termos da legislação federal, mas que ainda são titulares da vaga.
O Secretário destaca que a Prefeitura tem carência de profissionais e precisa adequar a legislação de forma a resolver esse problema. "Nós temos, hoje, uma necessidade muito urgente em algumas áreas de Técnico de Nível Superior. Por outro lado, há 20 vagas de Técnico II e dez de Técnico III que estão vazias e não podem ser ocupadas, porque quem entra assume como Técnico I. Então, o objetivo deste projeto é transformar dez das vagas de nível II e cinco de nível III, para cargos de nível I", afirmou.
Assim, haveria a possibilidade de contratar 15 profissionais de nível superior. De acordo com Sereno Neto, a contratação não vai trazer impacto no orçamento, uma vez que as vagas já existem, mas estão ociosas.
O Secretário lembrou, na ocasião, que o concurso público realizado em outubro de 2005 tem validade até este ano. De acordo com ele, serão nomeados, por ordem de classificação, um advogado, um dentista, dois fisioterapeutas, três enfermeiros e quatro assistentes sociais aprovados nesse certame. Restarão, ainda, quatro vagas para posterior ocupação.
Agenor Neto destacou ainda que a intenção da Prefeitura é resolver de forma definitiva esses problemas, por meio de uma profunda reforma administrativa que, entre outras medidas, vai rever e melhorar o plano municipal de cargos e salários.
Após a explanação do Secretário de Administração, a matéria foi colocada em primeira votação, sendo aprovada por unanimidade. Na votação final, realizada em sessão extraordinária no dia 23/04, o projeto foi aprovado por oito votos a favor e um contra.

Câmara divulga balanço do mês de fevereiro

Demonstrativo de Receitas e Despesas	
Mês: Fevereiro de 2009	**Valores em R$**
Câmara Municipal de Ubá Rua Santa Cruz, 301, Centro, Ubá-MG Biênio 2009/2010	
1. Receitas	**266.667,00**
Repasse da Prefeitura Municipal de Ubá	266.667,00
2. Despesas	
2.1 Despesas com Pessoal	
Subsídio Vereadores	43.830,00
(-) INSS	(3.008,52)
(-) IRRF	(3.776,74)
Subsídio Vereadores Líquido	37.044,74
INSS Patronal	9.204,30
Total	**53.034,30**
Vencimentos e Vantagens Fixas - Servidores Comissionados	16.664,48
(-) INSS	(1.536,63)
(-) IRRF	(251,27)
Vencimentos e Vantagens Fixas - Servidores Comissionados Líquido	14.876,58
INSS Patronal	3.549,14
Total	**20.213,62**
Vencimentos e Vantagens Fixas - Servidores Efetivos	21.184,81
(-) UBAPREV	(2.207,74)
(-) IRRF	(289,64)
Vencimentos e Vantagens Fixas - Servidores Efetivos Líquido	18.687,43
UBAPREV Patronal	4.400,04
Total	**25.584,85**
Total Geral das Despesas com Pessoal	**98.832,77**
2.2 Despesas Administrativas	
Água (Copasa)	90,44
Luz	2.257,05
Telefone	2.295,13
Alimentação	281,90
Diárias para Servidores	182,00
Material de Limpeza	775,18
Água Mineral	641,00
Total Geral das Despesas Administrativas	**6.522,70**
2.3 Serviços de Terceiros	
Sistema de Gestão Fiscal	1.665,00
Manutenção das linhas telefônicas (PABX)	200,00
Serviços de Informática	180,00
Manutenção das Máquinas Copiadoras	192,83
Sistema Contábil - Departamento Pessoal	249,00
Serviços Gráficos	1.070,00
Serviços de Vigilância	6.395,25
Recarga de Catuchos	245,00
Aluguel / Rescisão de Contrato de Aluguel	3.395,73
Total Geral das Despesas com Serviços de Terceiros	**9.952,08**
2.4 Material de Expediente	**2.813,93**
2.5 Equipamentos e Material Permanente	**2.165,45**
Total das Despesas	**120.286,93**
Superávit Financeiro	**146.380,07**

Ubá, 16 de Abril de 2009

Angelino Fernandes Silva
Contador
CRC-MG 092.472/0

Guilherme Ramos de Araújo
Contador
CRC-MG 0802207/0-2

Executivo encaminha projeto sobre estágio no poder público

Através da mensagem 025/09, o prefeito municipal, Vadinho Baião, encaminhou um projeto de Lei que "dispõe sobre o estágio de estudantes junto aos órgãos da administração direta e indireta no município de ubá e dá outras providências".

De acordo com o texto, "na luta por melhores chances no mercado de trabalho, já não basta apenas uma boa formação, já que os conhecimentos práticos também são levados em consideração na hora da contratação".

A Lei Federal 11788 define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante, integrando o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso.

Quem pode contratar estagiários são as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autarquia e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Também os profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos, podem oferecer estágios.

Para que o estágio possa ser oferecido, de acordo com o artigo primeiro da Lei 11788, os estagiários devem ser estudantes que estiverem freqüentando o ensino regular, em instituições de ensino superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

É importante ressaltar que, segundo os artigos 3º e 15º da Lei 11788, o estágio não caracteriza vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que observados os requisitos legais, não sendo devidos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.

O projeto segue para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR) para que a mesma possa emitir parecer sobre a matéria. Somente após este tramite, o projeto, caso seja aprovado pela comissão, segue para apreciação plenária.

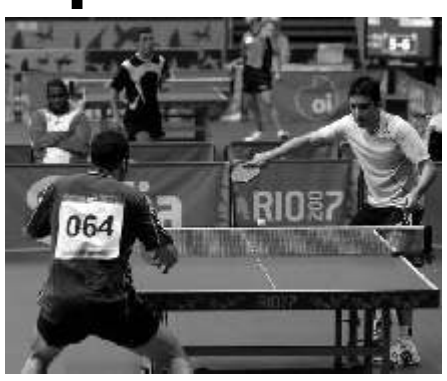
Atletas da cidade podem receber subvenção da prefeitura

A mensagem 021/09 traz anexo o projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, "que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social à Associação dos Empregados do Comércio de Ubá, e contem outras disposições".

Os recursos financeiros perfazem um total de dois mil reais e se destinam a apoiar o desporto amador com treinamento técnico gratuito para crianças e adolescentes no desenvolvimento do tênis de mesa, esporte que tem se destacado em todos os torneios regionais e estaduais.

Através destes recursos, a entidade terá melhores condições de treinar crianças e jovens, efetuar o pagamento da anuidade junto à Federação Mineira de Tênis de Mesa e, até mesmo, organizar torneios em Ubá, além de participar do Campeonato Mineiro.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR) emitiu parecer favorável à aprovação do projeto, que segue para plenário para apreciação dos vereadores.



Assistentes Sociais podem ter representante no Conselho Municipal de Segurança Alimentar

A mensagem 020/09, encaminhada pelo prefeito Vadinho Baião, traz anexo um projeto de Lei que "dá nova redação ao inciso II, do art. 11 da Lei Municipal 3698, que dispõe sobre a política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, e dá outras providências".

De acordo com a mensagem, o que se propõe é a alteração da redação da alínea "m", do inciso II, do art. 11 da Lei Municipal 3698, onde as entidades prestadoras de serviços de assistência social passarão a ter um representante no Conselho Municipal Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de ubá, e com a inclusão da alínea "o" ao mesmo inciso e artigo, as entidades de serviços de saúde, conveniadas ao Sistema Único de Saúde – SUS – passarão a ter representatividade através de uma cadeira no mesmo conselho.

A matéria segue para a apreciação dos membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR) onde receberá parecer. Somente após este tramite, o PL seguirá para o plenário para discussão e apreciação dos Vereadores.

APAE pode receber verba para manutenção de transporte

Anexo à mensagem 023/09, o prefeito Vadinho Baião encaminhou um projeto de Lei à Câmara que "autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Municipal, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, para manutenção do transporte escolar dos alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubá (APAE), e contem outras disposições".

De acordo com a mensagem, o PL visa incluir no Orçamento 2009, no limite de R$450 mil para o transporte dos alunos da APAE. Ainda segundo o documento encaminhado à Câmara, pretendia-se que a partir deste ano a APAE pudesse gerenciar este recurso através de convênio. Contudo, optou-se por manter este gerenciamento pelo município.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR) e segue para apreciação dos vereadores.

Poderes Municipais podem divulgar balanço pela internet

Apresentado pelo Vereador Maurício Valadão (PTB), o projeto de Lei (PL) 031/09 que "estabelece a divulgação obrigatória, através da internet, de todas as despesas indenizadas e/ou realizadas pelos Poderes Legislativo e Executivo de Ubá, e dá outras providências", ainda aguarda parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR).

O PL foi apresentado sob justificativa do respeito constitucional da publicidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal. De acordo com o Vereador, "é de extrema relevância que os detentores de mandato eletivo possam prestar contas àqueles que nos elegeram, ou seja, o povo de Ubá", disse Valadão.

A Câmara Municipal já publica o balancete mensal através de seu Jornal Institucional, O Legislativo, que é publicado quinzenalmente. De acordo com informações da Assessoria de Comunicação da Câmara, a publicação do mesmo no site da Câmara já estava prevista, mesmo antes do PL ser apreciado.

"Uma das iniciativas da atual Mesa Diretora é a transparência com os investimentos feitos na Câmara. Aqui é a Casa do povo e todos têm o direito de saber como está sendo investido o recurso que recebemos", afirmou Cláudio Ponciano (PT), Presidente da Câmara.

Agenda

Agenda

Data: 05/05/09
Solicitação: Mesa Diretora
Evento: Reunião com açougueiros
Caráter: Participativo
Horário: 18hs

Data: 06/05/09
Solicitação: Legislação Municipal
Evento: Reunião Extraordinária Popular
Caráter: Participativo
Horário: 19hs

Data: 19/05/09
Solicitação: Requerimento
Evento: Reunião do Hospital Santa Isabel com os prefeitos e secretários de saúde da região
Caráter: Participativo
Horário: 19:30hs

vic
mu

pro
co
Mi

Si

Câmara Municipal de Ubá
Poder Legislativo